

**FACULDADE EDUFOR**

**RITHA DANIELLE DA SILVA LICÁ**

**SUAS:** os aspectos de desmonte da política de assistência social

**SÃO LUÍS**  
**2023**

**RITHA DANIELLE DA SILVA LICÁ**

**SUAS:** os aspectos de desmonte da política de assistência social

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de bacharelado em Serviço Social da Faculdade EDUFOR, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Enaire de Maria Sousa da Silva

SÃO LUÍS

2023

L698s Licá, Ritha Danielle da Silva

SUAS: os aspectos de desmonte da política de assistência social / Ritha Danielle da Silva Licá — São Luís: Faculdade Edufor, 2023.

51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2023.

Orientador(a) : Enaire de Maria Sousa da Silva

1. Sistema neoliberal. 2. Desmonte. 3. Política de assistência. I. Título.

FACULDADE EDUFOR SÃO LUÍS

CDU 364-7

RITHA DANIELLE DA SILVA LICÁ

**SUAS:** os aspectos de desmonte da política de assistência social

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de bacharelado em Serviço Social da Faculdade EDUFOR, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Aylana Cristina Rabelo Silva  
Faculdade EDUFOR

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Enaire de Maria Sousa da Silva  
Faculdade EDUFOR

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Izamara Nunes Sousa  
Faculdade EDUFOR

Com gratidão, dedico este trabalho a Deus. Devo a Ele tudo o que sou, e pela vida que me deste. Dedico também aos meus pais, pelo carinho, afeto, dedicação, paciência e cuidado, que eles me deram durante toda a minha existência, pois é graças a seus esforços que hoje posso concluir o meu curso, dedico este trabalho a eles.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente este trabalho a Deus, o maior orientador da minha vida. Ele nunca me abandonou em todos os momentos da minha vida.

Agradeço aos meus pais, e familiares, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e por acreditarem em mim, eternamente grata por eles.

Agradeço à Professora Mestre orientadora Enaire de Maria Sousa da Silva, pela sua atenção dedicada, pela eficácia ao longo de todo o trabalho, por todo aprendizado.

*“Educação não transforma o mundo.  
Educação muda as pessoas. Pessoas  
mudam o mundo.”*

(Paulo Freire)

## RESUMO

Este resumo destaca os principais elementos do artigo os aspectos de desmonte da política social, que investiga o poder do estado frente a política de assistência e a sua desresponsabilização. O estudo emprega a leitura de artigos, livros e documentos para analisar o subfinanciamento, ações focalizadas e o peso da filantropia. Os resultados indicam que é necessário uma remodelação da atuação das políticas sociais onde não exista a focalização desta. Este trabalho contribui de modo que o interesse do estado em seu sistema neoliberal traz consigo a desregulamentação do estado e conseqüentemente o aumento das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Neoliberal, Desmonte, política de assistência

## **ABSTRACT**

This summary highlights the main elements of the article, the aspects of dismantling social policy, which investigate the power of the state in the face of assistance policy and its lack of accountability. The study uses the reading of articles, books and documents to analyze underfunding, focused actions and the weight of philanthropy. The results indicate that it is necessary to remodel the performance of social policies where there is no focus. This work contributes to the fact that the state's interest in its neoliberal system brings with it the deregulation of the state and consequently the increase in social inequalities.

**Keywords:** Neoliberal, Dismantle, assistance policy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de referência em assistência social
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
PCS	Programa Comunidade Solidária
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Conceitos em torno da contrarreforma</b>	<b>13</b>
<b>2.2 As políticas públicas no capitalismo contemporâneo</b>	<b>22</b>
<b>3 CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL</b>	<b>33</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>42</b>

### 1 INTRODUÇÃO

O surgimento das políticas de assistência está atrelado ao movimento de contrarreforma do estado e suas particularidades de desmonte do estado. A classe trabalhadora tenta de todas as formas suprir suas necessidades de modo que não haja um posicionamento do estado frente a parcela da população.

O sistema de assistência baseia-se em uma prestação de serviço à sociedade de forma a administrar e executar políticas de assistência dentro dos municípios sendo este a ponta responsável pela execução de programas e projetos.

A abordagem do tema se faz necessário após os anos de retrocesso sofridos pela política de assistência desde o seu surgimento, o que deveria simbolizar uma conquista para quem dela precisar, se torna uma política focalizada, assistencialista e de ações filantrópicas. A Partir da terceirização do estado frente às políticas sociais.

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma mudança significativa ao elencar, em seu capítulo II, artigo 6, diversos direitos sociais, incluindo educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados. Essa inclusão configurou como dever do Estado brasileiro prover, de forma direta ou indireta, o acesso universal a esses direitos sociais, considerados indispensáveis para o exercício pleno da cidadania e da democracia.(SALINAS,2021)

Ao entender a responsabilidade do estado sobre tais cuidados e notar a ausência de mais políticas sociais que atendam essa necessidade é de fato refletir

sobre o dever do estado e a falta de esforços em atender as necessidades das classes mais desprovidas.

Sendo o estado responsável pelo desmonte das políticas sociais de assistência, e apoiador da filantropia como meio para combate às expressões da questão social, o que gerou base para a terceirização de serviço da área social.

Importante falar que mesmo após a constituição a política de assistência social não deixou de sofrer com as investidas de cortes orçamentários do estado, o que gera uma enorme discussão pela necessidade dos Assistentes Sociais dentro de seus campos atenderem a demanda com políticas sub financiadas e focalizadas o que não remetem ao número de usuários que carecem de atendimento.

Segundo Yamamoto(2000) o processo representa um desafio tanto para os usuários quanto para os assistentes sociais, pois impacta diretamente no atendimento ao de trabalho especializado. O não envolvimento do Estado em suas responsabilidades sociais reflete na redução de verbas e na deterioração dos serviços públicos sociais. Isso tem colapsado uma transferência das responsabilidades para a sociedade civil, resultando em mudanças significativas do trabalho profissional. Por um lado, observa-se uma tendência à privatização de iniciativas sociais, por culpabilização do estado.

As diferentes formas de analisar os desmontes que geram um aumento da pobreza e outras expressões da questão social, gera um debate central na política de assistência social e como lidar com esse enfrentamento, tendo como dever o direito universal, programas de transferência de renda, prestação de serviços, ações educativas, programas de inclusão social e empoderamento que geram liberdade de renda.

O conteúdo deste trabalho foi dividido em duas seções além, da introdução e conclusão. Quanto ao desenho da metodologia, o presente artigo se baseou em forma de pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa.

Os principais autores trabalhados foram Rodrigo Oliveira (2011), Ferraz (2014), Daniele Lima (2015), Alessandra Calil (2019), entre outros. Os principais documentos utilizados na pesquisa foram a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), a Norma Operacional Básica NOB/SUAS (2005), a Política Nacional de Assistência Social (2004) e a Constituição Federal Br...

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Conceitos em torno da contrarreforma**

O contexto de contrarreforma aconteceu após uma quebra significativa no modo de produção que desencadeou a reforma ou contrarreforma do estado que surgiu após o esgotamento do modo de produção keynesiano/fordista modelo utilizado no período que antecedeu o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Historicamente, a contrarreforma do Estado no Brasil ganhou força nas décadas de 1980 e 1990, com a adoção de políticas de liberalização econômica e a privatização de setores como telecomunicações e energia. Isso foi impulsionado por uma visão neoliberal que acreditava que uma intervenção estatal na economia deveria ser reduzida em prol do mercado livre.

No entanto, as políticas de contrarreforma do Estado apenas serviram para que essas medidas pudessem levar à desigualdade social, à perda de serviços públicos de qualidade e à concentração de poder econômico nas mãos de poucos. Portanto, a discussão sobre o tamanho e o papel do Estado no Brasil continua sendo um tema relevante na política e na sociedade do país.

O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), desenvolveu em seu primeiro ano de mandato junto ao ministro de administração e reforma o projeto de “melhorias” para o estado junto ao congresso nacional buscando aprovação e legitimidade aos seus interesses presidenciais.

A idealização do projeto apresentado visava modificações essas que tinham o intuito de trazer uma estabilidade maior para a economia uma vez que estava passando por um contexto delicado pela quebra do modo de produção o projeto designava ao estado uma ausência significativa na economia e sua intervenção seria apenas facultativa.

O projeto previa a liberdade econômica e o livre comércio, quanto ao estado interviria apenas em desregulamentação e como “Mão invisível” buscando regularizar e aumentar a competitividade entre empresas tornando assim às variações de preço para os consumidores acessíveis.

A contrarreforma instituída por FHC que se escondia atrás de um viés social era dotada de ideais neoliberais que traziam consigo o empobrecimento e mazelas

para o estado como: diminuição do estado,liberação da economia,privatizações, desregulamentação através da desresponsabilização do estado, entre outros.

Diante da estagflação econômica gerada pela crise do regime de produção e acumulação fordista-keynesiano, era necessário, para a sobrevivência do sistema capitalista, colocar em prática um novo regime de acumulação e de controle das massas operárias, retirando dessas o poder de barganha conquistado no período de vigência do fordismo. Nesse contexto emergem novas formas organizacionais e de reajustamento social e político, a reestruturação produtiva.(OLIVEIRA,2011,p.134).

Em seu discurso o presidente FHC ressaltou junto ao ministro da administração e reforma Carlos Bresser Pereira, pontuando a necessidade de todas as mudanças feitas pela reforma e os pontos positivos que isso traria ao estado, na estabilização da economia e em outras áreas, tendo como princípio a arguição do estado.

Além das privatizações e liberação do mercado, o ponto de enfoque era a terceirização da área social, que ganhou força devido a ausência do estado e o aumento das expressões da questão social, o terceiro setor ganhar força com ong's e filantropos, que tentavam suprir a alta demanda da população com pouco ou nenhum apoio do estado.

Devido a reforma as expressões já existentes se tornaram ainda maiores e latentes com a presença do terceiro setor e o seu aumento o estado se justifica e incentiva a prática tirando assim sua responsabilidade com as mazelas sociais e o acúmulo dela refletido na população.

Outro ponto trazido para a contrarreforma seriam ações filantrópicas feitas por grandes empresas apenas com o intuito de se autopromover e assim aumentar a sua visibilidade perante a sociedade buscando aumentar seus lucros.

Com o regime neoliberal proposto através da contra reforma trazida por FHC se sobressai uma ideia de igualdade, quando na verdade sabe-se que não é bem assim, existe desigualdade social e econômica que torna essa ideia inexistente.

A necessidade da presença do estado no provimento de bens e serviços assegurados pela constituição sofre um retrocesso, com essa falta de investimentos

e verbas designadas para políticas sociais, o que causa um colapso na sociedade e no sistema.

As políticas sociais que são de obrigação do governo passam por um processo de definhamento e empobrecimento de fundos o que resulta na sua falência em meio há acontecimentos que sobrecarregam o terceiro setor com demandas de responsabilidade do estado, com projetos e programas para gerir as expressões das questões sociais que se expandiram e assolam a sociedade.

Entende-se a necessidade de reafirmação do poder do estado na manutenção das políticas sociais, atuando como escudo para evitar o conflito entre a luta de classes, entre o acúmulo de força de trabalho fora do mercado que precisa ser contido. Sendo assim, há uma seguridade por tais políticas ofertadas visando a alienação da classe e o seu submetendo à outra, ainda que represente alguma conquista.

A mais significativa mudança provocada pelo estado pelo aumento da participação política dos trabalhadores e dos movimentos das massas populares foi processada nas funções sociais dos Estado. Este deixou de ser apenas o guardião da ordem pública e o responsável por assegurar as condições necessárias à produção e exploração dos trabalhadores, e passou a regular o processo de produção, acumulação e as relações entre capital e trabalho, normalizando as relações mercantis, estimulando investimentos e criando medidas de proteção para os trabalhadores dos riscos decorrentes do exercício de suas atividades (morte, doença, invalidez).(FERRAZ,2014 P.235).

O papel do estado na economia fica restrito com as transformações trazidas pela reforma, sobretudo na economia interna, pois ficou incapaz de fazer a regulação do mercado e garantir a distribuição igualmente ( Lima,2015).

Ao que antecede a contrarreforma, o consenso de Washington foi responsável pela implementação neoliberal no Brasil, com liberação do mercado, redução de gastos,privatizações de órgãos estatais, fiscalização de gastos para controle de despesas e pagamentos de outras dívidas e aumento de impostos visando o enriquecimento da economia, entre outras.

A partir desse ponto pode-se começar a falar sobre toda uma remodelação da sociedade visto que o processo trazido através do consenso para países periféricos como o Brasil e a implementação do neoliberalismo realiza uma reestruturação no processo de produção, que afeta diretamente o papel do estado e o capital/trabalho.

O desenvolvimento desse novo sistema trouxe a flexibilização para o trabalho com novas formas de se apresentar, como contratos temporários e o aumento esporádico do desemprego, sobrecarga de trabalhadores e salários baixos. Visando, aumentar seus lucros em cima da mão de obra, através da alienação do trabalhador.

O principal foco da reforma seria o aumento da produtividade com os poucos trabalhadores vivendo encarcerados mentalmente com medo do desemprego pelo vasto número de trabalhadores fora do mercado em busca de oportunidades sendo caracterizados no mercado de trabalho como exército de reserva, além de outras formas de vitimização dos empresários.

O colapso neoliberal não supriu as expectativas esperadas, levando em consideração todo o desenvolvimento feito como: restrições, fiscalizações e acumulação, resultando em efeitos negativos.

Contudo a agenda neoliberal naquele contexto não produziu os efeitos esperados por seus ideólogos tanto a nível mundial como no Brasil, ou seja, o aumento da acumulação capitalista e a diminuição do déficit das contas públicas diante da resistência dos trabalhadores, o que gerou a continuidade do processo de estagnação do crescimento econômico. Também se constatou o aumento do nível de desemprego, perda de direitos, precarização das relações trabalhistas, privatização dos bens públicos, como a saúde, a educação e a previdência social.(CALIL,BRISOLA,2019,p.49)

A concepção brasileira em torno dessa reforma trouxe um viés internacional para as classes dominantes aqui no Brasil, o que refletiu em um retrocesso no pouco conquistado e nos avanços trazidos pela modernização. A descentralização é vista como uma solução para torná-lo válido com reduções de custo, o que de nada adiantou, pois foi necessário o pagamento das dívidas e o aumento delas.

A estratégia de privatizações gerou um aumento para o capital estrangeiro, uma vez que os custos seriam baixos e desobrigação de comprar do mercado brasileiro

abalou a economia brasileira na venda de mercado e culminou na quebra de empresas, desemprego e um aumento maior no desbalanceamento econômico, fragilizando ainda mais a economia brasileira.

Com isso, houve uma desestabilização ainda maior no país com desempregados, necessitando das políticas sociais que eram de obrigação do estado e passaram para organizações sociais e filantrópicas que culminaram em uma ascensão da miséria no país.

As políticas sociais só podem ser entendidas a partir da análise do papel do Estado frente ao processo de implementação de tais políticas, como forma de assegurar o constante desenvolvimento do capital e de restringir as formas de luta dos trabalhadores. Logo, existe uma relação entre o Estado e as políticas sociais na sociedade burguesa para o atendimento das demandas de reprodução da sociabilidade vigente. (LIMA, 2015, p.2).

Ao falar das políticas sociais precisa-se entender a sua importância, e a relação bem definida com o estado. Para isso buscamos o início do marco histórico de sua ascensão, década de 30, quando os operários através da revolução industrial reivindicam melhorias, através de greves e protestos que resultaram em uma consolidação de direitos para a classe trabalhadora.

Nessa linha de raciocínio firmada o papel do estado é intervir de diversas maneiras e estratégias para conter a classe operária, ofertando melhores condições de vida e trabalho, para minimizar os danos trazidos pelo sistema capitalista. (LIMA, 2015).

A fomentação da diminuição desses impactos é de exclusiva responsabilidade do estado, que seja através de políticas sociais, programas, benefícios e acesso a direitos concedidos, visando melhorias para e contendo conflitos entre a luta de classes já estabelecida desde o surgimento do capitalismo.

Nesse cenário de lutas e conquistas pelos direitos da classe trabalhadora que sempre sofreu com a ambição e acumulação capitalista, entra em um processo de reforma por parte do estado causado pelo próprio sistema, onde seu principal foco para a sua reestruturação se define em cortar, dissipar, diminuir, reduzir e a

seletividade pelos direitos conquistados pelos trabalhadores buscando reerguer um sistema falido e falho pela sua necessidade de reafirmação do sistema.

No Brasil a reforma do Estado se deu nos anos 1990 tendo como marco institucional a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, através dos quais se desencadeou a ofensiva governamental no sentido de impor as mudanças que se seguiram. O Governo passa a assumir neste contexto um discurso que veicula o pressuposto de que o modelo de Estado das últimas décadas, devido a sua forte intervenção na economia e consideráveis gastos sociais, é o agente responsável pela emergência da crise econômica mundial. ( Lima,2015,p.4).

O neoliberalismo ganha força através dessas reformas, com privatizações, a diminuição do poder do estado e a maior liberdade para o mercado, envolvendo cortes de gastos e reformas previdenciárias para conter o crescimento das despesas públicas, ou seja, a regulação das políticas sociais e a fundação de investimentos para tais. Em contrapartida, foi utilizado um infinito investimento em infraestrutura, incluindo estradas, ferrovias, portos e aeroportos, para melhorar a competitividade e o desenvolvimento econômico do país.

O modelo neoliberal gerou nos anos 1990 a expansão da pobreza em várias partes do mundo, o desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e a desregulamentação dos direitos sociais. No caso brasileiro a implementação da agenda social-liberal nos anos 2000 trouxe ações de combate à pobreza, sem, contudo, promover mudanças estruturais, ou a diminuição ou o fim das desigualdades sociais. A nossa formação sócio histórica por sua vez, é um agravante na condição de vida dos trabalhadores brasileiros associada às políticas econômicas de corte liberal. (CALIL,2019,P.54)

O presidente juntamente com o ministro da administração e reforma, viam a viabilização e abertura de mercado para estrangeiros seria a melhor alternativa para uma recuperação rápida e sem causar grandes danos, pois, assim a estabilidade alcançaria o país, por isso as melhorias em infraestrutura e abertura comercial para receber esse mercado e assim, prover mão de obra.

O aumento das organizações e da filantropia que perpassou para os anos de 1980 há 2000 são decisórios para o fortalecimento do terceiro setor e também dos movimentos sociais que deram passos à frente, sendo eles feitos em encontros, congressos, entre outros.

Levando em consideração os fatos e o momento, que o país passava, a criação desses movimentos era imprescindível como o desemprego e a pobreza as pessoas buscavam algo que pudesse ser feito para sair da situação que se encontravam e com a desresponsabilização do estado em garantir direitos e afunilar políticas sociais e programas para auxílio, a população recorria ong's e movimentos para cobrar um posicionamento do estado.

Porém, na década de 90 com a contrarreforma e a chegada do neoliberalismo os movimentos sociais enfraqueceram havendo uma diminuição significativa e um fortalecimento ainda maior do terceiro setor e a diminuição das greves trabalhistas. Enfraquecendo assim o movimento, porém ainda existiam movimentos pela luta por direitos e pela criação de novos, intervenção do estado na economia e políticas sociais que pudessem ajudar a população.

Por outro lado, o estado continuava com o sucateamento de políticas, privatizações e cortes em todos os setores como saúde e educação. Sendo seu principal foco no corte de verbas a instituição do ensino técnico obrigando ainda mais cedo aos brasileiros irem pro mercado de trabalho para prover lucros para o estado.

A saúde sucateada com pouca destinação de fundos dando força a saúde privada para a garantia de uma saúde digna, ou seja, para ter acesso a um serviço de qualidade o brasileiro precisava para pelo mesmo pois, o serviço público se encontrava em estado emergência e com aviso de risco de privatização devido às intensas investidas do estado em privatizar a saúde.

As autoras mencionam ainda que nesse confronto, o SUS vem se efetivando como espaço de disputa política para os dois projetos. Por um lado, é nele que se

materializa a luta por uma política de acesso universal. Por outro, na medida em que a dotação de verba pública para a saúde vem sendo restringida ano após ano, é reduzida a sua capacidade em promover o acesso universal. Salientam que por sua característica, o SUS se conforma como a única alternativa das classes pauperizadas para ter acesso à saúde. O que se infere é que o Projeto Privatista, em articulação ao Estado, vem se sobrepondo ao Projeto da Reforma Sanitária, e garantindo sua hegemonia a partir da década de 90. (MACIEL, 2017, p.07).

A área social também não escapou das investidas intensas do estado em cortes e bloqueio de programas sociais, o estado afunilou o máximo o serviço e assim, selecionou os programas para o combate da pobreza no país com rigidez na distribuição destas verbas pondo em risco a população de diversas formas com a sonegação de verbas para o meio social.

O recrudescimento do desemprego e da pobreza em todo o mundo, característico do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, torna necessário desenvolver estratégias de controle de trabalhadores e desempregados e de manutenção da segurança pública, direcionando as políticas sociais para os extremamente pobres, com a canalização de seus recursos para gerar, nesses indivíduos, capacidade de consumo de itens muito básicos para a sua sobrevivência; por isso o crescimento dos programas de transferência monetário como o bolsa família no Brasil. Tais programas exigem uma estrutura estatal mais enxuta e promovem a responsabilização individual dos sujeitos pelo melhor uso a ser feito desses recursos. (FERRAZ, 2014, P.240).

O desemprego e a pobreza global, característico do estágio atual do desenvolvimento do capitalismo, exigem estratégias de controle de trabalhadores e da grande porcentagem de desempregados, assim como a manutenção da segurança pública. Isso resulta na orientação das políticas sociais para os extremamente pobres, canalizando recursos para fornecer a esses indivíduos capacidade de consumo de itens essenciais para sua sobrevivência. Com isso, programas sociais tendem a ser mais explorados devido às altas demandas de beneficiários que se encaixam nesse perfil.

A previdência também sofreu com a reforma e com o estado tentando além de privatizar aumentar de inúmeras formas com diversos projetos que resultaram em um tempo maior para a contribuição para a população consegue se aposentar, inclusive sendo votado através da pec 214 no governo de MICHEL TEMER que prevê um aumento no tempo de contribuição e outra reforma no teto de gastos do estado.

Além disso, a reforma previdenciária é outra faceta importante da contrarreforma do Estado. O envelhecimento da população e o aumento dos gastos com a previdência social levaram a uma série de mudanças nas regras de aposentadoria, com o objetivo de reduzir os custos para o Estado. Essas mudanças frequentemente geraram polêmicas e protestos.

A contrarreforma do Estado também se estendeu à área fiscal, com a implementação de medidas de austeridade, como o congelamento de gastos públicos por 20 anos, a chamada “PEC do Teto dos Gastos”. Isso afetou a capacidade do governo de investir em áreas como saúde, educação e infraestrutura.

Porém, cabe frisar que os vários governos que passaram pelo poder deixaram um colapso pois, não buscaram atender a demandas sociais já deixadas pelo antigos governos. O resultado disso revela um desafio significativo nas políticas públicas ao longo do tempo, onde diferentes governos, muitas vezes movidos por interesses particulares, contribuíram para um cenário de colapso. Este cenário é caracterizado por um abandono progressivo de setores cruciais para o bem-estar da população, bem como por reformas, implementações e cortes de gastos que frequentemente não estavam alinhados com as reais necessidades da sociedade.

O abandono de áreas fundamentais, como saúde, educação, assistência social e infraestrutura, deixa a população desamparada. A falta de investimento nessas áreas essenciais contribui para a precarização dos serviços públicos, impactando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos.

As reformas implementadas sem um entendimento técnico das necessidades sociais resultaram em medidas prejudiciais. É essencial que as reformas sejam baseadas em diagnósticos precisos e levem em consideração as particularidades de cada setor, garantindo que as mudanças propostas atendam aos verdadeiros desafios enfrentados pela população.

Diante desse panorama, é fundamental que a atuação dos profissionais de Serviço Social seja intensificada, não apenas na execução de políticas sociais, mas também no direito por mudanças estruturais que coloquem as necessidades da

população no centro das decisões governamentais e não apenas em discursos. A participação ativa da sociedade civil torna-se crucial para pressionar por políticas mais inclusivas e para garantir que os recursos públicos sejam direcionados para áreas prioritárias, promovendo assim um ambiente mais justo e equitativo.

Os impactos desses reflexos são vistos até o presente momento, pois a ganância e a falta de comprometimento com a população acaba sendo deixada de lado para atender seus interesses junto com o interesse das classes altas da sociedade que representam uma pequena parcela da sociedade. Porém, levando consigo a economia e a promoção de empregos e ainda sendo um fato determinante para as políticas públicas tema abordado no próximo capítulo.

Por fim, é importante destacar que a contrarreforma do Estado brasileiro tem sido uma questão altamente política, com diferentes governos e partidos adotando abordagens distintas. As perspectivas sobre essa reforma variam amplamente, dependendo de posicionamentos ideológicos e interesses econômicos. O debate sobre o tamanho e o papel do Estado no Brasil continua a ser central na arena política e econômica, influenciando o destino do país em muitos aspectos.

## **2.2 As políticas públicas no capitalismo contemporâneo**

Neste capítulo iremos falar sobre as políticas públicas se aprofundando em pontos desbravados pela contra reforma no aparelho do estado, em suscitar diversas áreas no trabalho do estado com apenas o intuito de fortalecer o sistema neoliberalismo e fortalecer o mercado através da sua não intervenção proposital.

Ao longo desta lauda, examinaremos mais profundamente as políticas públicas, as implicações sociais e econômicas, bem como a realidade trazida da contrarreforma do Estado brasileiro que reflete no cenário, destacando como elas continuaram a influenciar o cenário político e econômico do Brasil.

As políticas públicas desempenham um papel crucial no contexto do capitalismo contemporâneo. O capitalismo contemporâneo é característico de uma economia globalizada, onde as empresas de grande porte operam em escala internacional, o poder financeiro desempenha um papel significativo e as inovações tecnológicas transformam constantemente a paisagem econômica, pois, trazem consigo cada dia mais desemprego e a substituição de mão de obra por maquinário,

aumentando o desemprego e pressionando ainda mais o sistema tão sucateado da área social, que sofre com as intensos ataques de subfinanciamento do estado. E o papel do estado se torna cada dia menor e menos participativo na sociedade e em suas expressões.

A análise de políticas públicas intensificou-se no Brasil a partir de 1980, proveniente da dinâmica política e das transformações que o país enfrentava, com reformas econômicas e políticas nas áreas de saúde, educação, previdência, saneamento, dentre outras. Buscava-se, portanto, entender quais eram as possibilidades e os óbices para a implantação de mudanças, constitucionalmente inscritas e dependentes de decisões governamentais. (SILVA, **et al**, P.32,2017).

O conceito de políticas públicas e a sua caracterização, se revela através do seu real surgimento, atender as necessidades da classe trabalhadora como forma de impedir uma revolução e como resposta para o sofrimento, desgaste e revolta dos que reivindicavam melhores condições de trabalho e melhorias dentro dos espaços onde trabalhavam.

No atual contexto, houve algumas mudanças e direitos conquistados pelos trabalhadores que ao mesmo tempo trouxeram um retrocesso por outro lado, explicando melhor podemos dizer que existem direitos, porém, o acesso a eles se tornou um objeto de desejo pois há uma finalização ao acesso desses direitos.

As políticas públicas no capitalismo contemporâneo abrangem uma ampla variação de questões e desafios enfrentados pela sociedade cotidianamente, esses reflexos nas dificuldades das sociedade contemporânea, sobretudo no Brasil, trazem à tona discussões e exigências da sociedade no que refletem na execução e realização de atividades do estado . O papel do Estado na regulação da economia e na promoção do bem-estar social, mas na atual sociedade desde os primórdios da desconstrução do estado através da contra reforma, houve uma desestabilização e um crescimento do neoliberalismo e a desregulamentação das ações que promovem o bem estar social.

Para abordar o assunto, precisam-se entender os atuantes que causam influência direta no campo das políticas públicas sendo atuantes diretos e indiretos

nas decisões políticas para o fornecimento e ampliação das mesmas além do poder público. Os políticos que representam a voz do povo dentro de espaços de votação, câmaras e assembleias, como governadores, prefeitos e parlamentares; os burocratas são responsáveis pelos recursos e informações, além de projetos políticos. Em contrapartida, temos os empresários que possuem grande importância dentro deste setor já que carregam a economia nas mãos, o que resulta em oferta de empregos e a diminuição dos mesmos, fora a distribuição desses recursos no mercado, e como exemplo podemos citar o ramo alimentício. nessa mesma linha de raciocínio é fundamental para a criação das políticas públicas temos os receptores dessas, os trabalhadores que por meio de seus representantes políticos, sindicatos, ong's e igrejas se fazem presente. Além desses agentes responsáveis pela definição e caminhos direcionados às políticas públicas temos a mídia que assume um papel importante na pressão social em mostrar a indignação pública por parte da população na falta ou pouca distribuição dessas políticas no estado.(RUA,[s.d]).

Após a conceituação dos agentes e influenciadores das políticas públicas, aborda-se o tema a fim de esclarecer os impactos do capitalismo no cenário contemporâneo e a sua supressão nas políticas públicas em combinação do assistente social no cenário como dirigente e responsável.

No espaço das políticas públicas, o entendimento do exercício profissional do assistente social tem-se afirmado como uma força no sentido de garantir lugares democráticos. O controle social tem sido um dos pilares mais fortes da profissão e por ele são expressas as necessidades dos brasileiros, tanto nos direitos negados quanto ao acesso a eles, dentro desses campos de votação e debate através de conferências realizadas para analisar as políticas públicas implementadas.

Além disso, o trabalho do assistente social no que diz respeito à criação e execução das políticas públicas recorre ao seu exercício profissional assim como é assegurado pelo código de ética da profissão do ano de 1993:

- I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

Essas diretrizes destacam o papel do profissional de Serviço Social na formulação, execução e avaliação de políticas sociais, bem como na elaboração e gestão de planos, programas e projetos, sempre promovendo a participação ativa da sociedade civil nos seus interesses e da parcela da população que necessita dessas políticas sociais.

Um aspecto crucial das diretrizes é o foco na parcela da população que mais necessita das políticas sociais. O profissional de Serviço Social deve ter uma abordagem sensível e empática, considerando as diferentes formas de vulnerabilidade, como pobreza, discriminação, exclusão social, entre outras. A intervenção deve ser direcionada a garantir o acesso universal aos direitos sociais.

A abordagem sensível e empática do profissional de Serviço Social é um pilar essencial para a eficácia de suas intervenções. Essa postura ética e comprometida é especialmente crucial ao lidar com as diferentes formas de vulnerabilidade que afetam a população. Entre essas formas de vulnerabilidade, destacam-se a pobreza, discriminação e exclusão social, as quais demandam uma atenção especial para assegurar o acesso universal aos direitos sociais.

A segmentação do bem estar social traz a público uma discussão em volta da volatilidade em que se discute a primeiro tripé da seguridade social a assistência, que responde por uma parcela da promoção do bem estar social, a assistência social visa atender às necessidades básicas daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. um ponto da assistência social, é que a mesma não exige contribuições prévias para o recebimento.

Os programas de assistência social incluem a oferta de benefícios e o acesso a direitos que fomentem a renda daquela pessoa ou família através do cadastro, sendo assim, participante do acesso a programas e projetos e ações do estado que visam a melhoria do ser, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), bolsa família e a distribuição de cestas básicas que são oferecidas a famílias carentes nos centro de referência em assistência social (CRAS).

Na contemporaneidade, no que se refere ao papel desempenhado pelos assistentes sociais na gestão de políticas públicas, identifica-se um avanço: o assistente social é chamado a ser planejador do processo

da gestão, a executar a gestão das políticas sociais. Esse avanço é percebido prioritariamente nas seguintes políticas: seguridade social (assistência social, saúde e previdência), habitação e educação. A realização de atividades de planejamento e implantação de programas sociais, a elaboração e prestação de serviços, o estabelecimento de sistemas de monitoramento e avaliação da gestão social têm demandado do assistente social saberes que o qualificam a exercer a função de gestor.(TORRES,2013 p.208).

Na contemporaneidade, o papel dos assistentes sociais na gestão de políticas públicas tem evoluído significativamente, marcando um avanço no exercício profissional. Sendo desde os primórdios da profissão o trabalho direto com indivíduos e comunidades o foco da profissão, o assistente social agora é chamado a desempenhar papéis mais estratégicos e de gestão no âmbito das políticas sociais.

Sendo constantemente feito através da participação ativa dos assistentes sociais nesse planejamento e execução de políticas. Isso abrange não somente na implementação direta de programas, mas também na formulação, desenvolvimento de estratégias e a execução dentro do âmbito social de forma mais ampla que visam abordar questões sociais complexas como, a violência.

A ascensão e ocupação do assistente social em áreas-chave, como no tripé da seguridade social (assistência social, saúde e previdência), e também na habitação e educação. O assistente social desempenha um papel fundamental nessas políticas, se destacando na sua atuação para a criação e implementação de mecanismos que visam a melhoria das condições de vida e o bem-estar da população, seja com programas ou projetos, como minha casa, minha vida,bolsa escola, entre outros.

Com isso podemos dizer que o assistente social passou por um momento de avanço dentro da profissão e não está mais preso em apenas ser um mero executor dos programas já existentes, mas está também desempenhando um papel primordial no planejamento e na implantação desses novos programas. Isso inclui a análise das comunidades, a identificação de espaços nas políticas existentes e a proposta de soluções para melhorias e adequação dessas políticas.

A execução da gestão cabe ao assistente social: organizar e realizar o processo de inclusão do usuário, interpreta as

exigências e determinações e ,rearranjar' as atividades para proceder à operacionalização dos programas, acompanhar o desenvolvimento do usuário e sua adesão à proposta de trabalho estabelecida e avaliar o processo, comparando os objetivos previamente estabelecidos pelos gestores públicos e as metas atingidas.(TORRES,2013,p.209).

Podendo dizer-se que o assistente social ocupa cargos de gestão e monitoramento dentro desses programas, pois o seu arcabouço teórico e prático dentro do seu convívio diário com as expressões da questão social e o convívio com as políticas sociais o torna o alvo principal na relação de fomentação e criação de novos programas o que ficou inteligente. Interessando ao assistente a complexidade das tarefas de gestão exigida dos assistentes sociais como um conjunto de saberes. Além do conhecimento técnico do assistente social, é necessário entender conceitos de gestão, políticas públicas, planejamento estratégico, avaliação de impacto, entre outros.

Esse processo por si só deixa claro que há uma incompatibilidade entre o que está estabelecido, sobre as necessidades individuais dos usuários e os recursos disponíveis para seu acolhimento. Compreendendo que esse descompasso é claramente não provocado pelo assistente social, mas cai sobre si a responsabilidade de intervir e construir pontes para amparar parte dessa população usuária, já que o “avanço” das políticas e ascensão do neoliberalismo trouxe consigo cortes para áreas como assistência,saúde e previdência . O assistente social é conhecido como o responsável na prestação de serviços das políticas sociais.

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação

etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos.(Iamamoto, 2000,p.41).

Os assistentes sociais têm ciência que no exercício profissional o acesso ao direito está previsto na lei, entretanto, não é de atribuição determinada a profissão. Porém, na atuação do assistente social a defesa e a garantia desses direitos sociais e do acesso aos serviços da área, o que inclui assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho, cultura e lazer, entre outros.

Cenário que intensifica e aprofunda para as Políticas Sociais Públicas, que se tornam cada vez menos universais e mais focalizadas, demandas relacionadas à realização de direitos de seus usuários, âmbito privilegiado do exercício profissional e lugar onde o Assistente Social se vê submetido a processos de sucateamento e precarização de seu trabalho e enfrenta o desafio de desenvolver ações de resistência e construir alianças estratégicas na direção de outro projeto societário. (YAZBEK,2016p.6).

A necessidade reflete em uma transformação nas políticas sociais e públicas, tornando-as menos universais e mais focalizadas. Isso implica que as exigências para a realização dos direitos dos usuários dessas políticas se tornem mais específicas. Nesse contexto, o assistente social encontra-se em um âmbito privilegiado para exercer sua profissão, porém, enfrenta desafios importantes.

O sucateamento e a precarização do trabalho do Assistentes Social são consequências diretas da mudança nas políticas, o que impacta na qualidade e eficácia dos serviços prestados. Diante desse panorama, o profissional enfrenta o desafio de desenvolver ações de resistência, buscando preservar a integridade de seu trabalho e garantir a realização das políticas sociais.

Além disso, a construção de alianças estratégicas torna-se essencial. O Assistente Social precisa colaborar com outros profissionais e grupos sociais da sociedade que tenham objetivos semelhantes ou iguais, criando um movimento mais amplo na direção de um projeto. Esse envolvimento é crucial para evitar os obstáculos

pela finalização das políticas sociais e promover mudanças mais abrangentes na estrutura social do estado.

Esse processo desafia profundamente todos os cidadãos e, em especial, os assistentes sociais, repercutindo no mercado de trabalho especializado. A retração do Estado em suas responsabilidades e ações no campo social manifesta-se na compressão das verbas orçamentárias e no deterioramento da prestação de serviços sociais públicos. Vem implicando uma transferência, para sociedade civil, de parcela das iniciativas para o atendimento das seqüelas da questão social, o que gera significativas alterações no mercado profissional de trabalho. Por um lado, constata-se uma tendência à refilantropização social. (IAMAMOTO, 2000, p.42-43)

No processo se traz mais uma vez a pauta do capitalismo contemporâneo que envolve um desafio profundo para todos os cidadãos, especialmente os assistentes sociais. A diminuição do papel do Estado nas responsabilidades sociais, evidenciada pela redução de verbas e interferência dos serviços públicos, resulta na transferência de iniciativas para a sociedade civil. Isso impacta significativamente o mercado de trabalho especializado, com uma tendência à filantropização social, refletindo mudanças no campo profissional.

Porém, os impactos desse abandono do estado, sobrecarrega a sociedade que luta por si mesmo e isso acaba implicando que a sociedade assuma um papel mais ativo no enfrentamento de questões sociais, muitas vezes preenchendo lacunas deixadas pela diminuição da participação estatal.

Acredita-se com políticas públicas melhores, investimento, e a tomada de responsabilidade do estado para com as políticas sociais fluísse os caminhos para uma sociedade mais igualitária e o melhor combate às expressões da questão social. A crença nas políticas públicas específicas, substanciais e uma responsabilidade robusta por parte do Estado nas políticas sociais é fundamental.

Essas ações têm o potencial de abrir caminhos para uma sociedade mais igualitária e fortalecer o combate às manifestações da questão social. Um

compromisso sério nesses aspectos pode contribuir para reduzir disparidades e promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades.

Dando assim espaço para o assistente social planejar ações e gerenciar as políticas públicas. Além de ter um trabalho articulado com uma equipe multidisciplinar, e expandir para outras áreas com intuito de assim se ter um trabalho de rede facilitando o acesso a outros direitos.

Ao fortalecer políticas públicas e investir, há um ambiente propício para que os assistentes sociais possam planejar e gerenciar ações mais estratégicas. Isso implica colaboração com equipes multidisciplinares, permitindo uma abordagem holística para atender às necessidades complexas dos indivíduos. Além disso, a expansão para outras áreas possibilita a criação de uma rede abrangente, facilitando o acesso a diversos direitos e recursos, ampliando assim o impacto positivo na sociedade.

Porém, voltando à abordagem da realidade, temos o sucateamento de várias áreas da seguridade social já discutidas neste capítulo como a educação e as investidas do estado reformar e cortar gastos para com as universidades públicas.

No atual contexto, as mudanças propostas se constituem em verdadeiras ameaças à sobrevivência de instituições públicas de ensino superior, cada vez mais corroída por ataques de ordem financeira e política: cortes drásticos e contingenciamento de grande parte dos recursos necessários para sua manutenção; enfraquecimento de organismos que lhes dão sustentação, como Capes, CNPq, fundações e instituições de pesquisa; reduções drásticas nos aportes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e ampla abertura de mercado para instituições privadas explorarem a educação. Tudo isso é coroado pelo discurso de negação da ciência e de seu papel essencial na construção da humanidade, bem como na desconsideração de sua capacidade de resposta para o enfrentamento dos problemas atuais. (SAMAGAIA, **te al**,2022, p.550).

No contexto atual, as propostas de mudança representam ameaças reais à sobrevivência das instituições públicas de ensino superior, incluído cortes em verbas

para pesquisas e a sustentação desses locais, com isso levanta-se uma discussão profunda sobre o público de dentro dessas universidades públicas, que são estudantes e classe trabalhadora em sua maioria, que não possuem renda ou filhos de trabalhadores que por vestibulares conseguiram está ali e sofrem com a falta de verbas.

Outro ponto a ser destacado é o fortalecimento de instituições privadas na área educacional que fortalecem ainda mais um discurso que nega a importância de recursos para a formação de jovens e adultos dentro das universidades públicas e o seu papel na construção de uma sociedade mais humanitária.

Esses atos de governo vão se configurando no cenário de uma crise econômica mundial que rebate sobre a realidade brasileira, combinada a uma crise política e à crise sanitária, ocasionada pela pandemia da COVID-19. A presença de um governo centralizador, com características extremamente autoritárias e que desenvolveu uma perspectiva negacionista frente às ameaças da pandemia, coloca o país numa situação ainda mais frágil no contexto mundial. A pandemia, no Brasil, gerou um grande contingente de pessoas infectadas, elevado número de óbitos, e tímidos e vergonhosos esforços por parte do governo central em conter seus efeitos. (SAMAGAIA, et al, 2022)

A presença de governos neoliberais durante anos no Brasil trouxe consigo, uma realidade cruel e negacionista como o governo presente nos anos em que a pandemia vigorou, matando e sequelando vítimas de um descaso na área da saúde. Com esforços insuficientes para a contenção de danos pela pandemia, deixou o país em situação de vulnerabilidade social e econômica.

A pandemia agravou o contexto de crise estrutural do capital ao provocar a suspensão forçada da produção, distribuição e troca mundial de mercadorias; e expôs o desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas. Visto que, em tal contexto, a precarização das relações de trabalho fez emergir uma multidão de trabalhadores sem trabalho e sem as condições objetivas

para a realização de atividades informais, que pudessem lhes assegurar alguma renda para a sua sobrevivência.(LACERDA,2023 p.8)

### **3 CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

Neste capítulo abordaremos a problemática da desresponsabilização do estado para com a população que precisa de apoio de políticas sociais e se enxergam refém de programas sociais em reforma e com mínimos de verbas, empresas com cortes de gastos e m aumento absurdo de pessoas trabalhando de forma irregular e grande parcela desempregado e sem ajuda de custo alguma.

Os reflexos da contrarreforma atingiram diretamente a assistência social, estão inteiramente ligados com a desresponsabilização do estado para com as políticas sociais e a seguridade social, afetando parte da população que se encontram sem ajuda alguma e contam apenas com entidades filantrópicas ou com o cuidado da sociedade civil para suprir com as suas necessidades.

A criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942 marcou um importante marco na história da assistência social no Brasil. Inicialmente, a LBA foi concebida para atender às necessidades das famílias dos militares convocados durante a Segunda Guerra Mundial. Ao longo do tempo, especialmente após o término da guerra, sua atuação expandiu-se para abranger a crescente miséria que afetava o país, com foco em questões relacionadas à maternidade, infância e velhice.

Posteriormente, em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Essa iniciativa representou uma consolidação e organização mais estruturada das políticas relacionadas à previdência e assistência social no governo brasileiro. O MPAS desempenhou um papel fundamental na formulação e implementação de políticas que buscavam garantir proteção social e assistência à população em diferentes fases da vida.

Em 1977, foi instituído o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), consolidando ainda mais as ações governamentais nessas áreas. O SINPAS representou um esforço para integrar as políticas de previdência e assistência social, proporcionando uma abordagem mais sistêmica para lidar com as demandas e desafios relacionados à proteção social.

Essas criações refletem a evolução das políticas sociais no Brasil ao longo do tempo, passando de iniciativas mais segmentadas, como a LBA, para estruturas mais abrangentes e organizadas, como o MPAS e o SINPAS. Essas mudanças visam oferecer uma resposta mais eficaz e coordenada às demandas sociais e garantir o acesso a direitos fundamentais, como previdência e assistência social, para a população brasileira.

A partir deste ponto será trago abordagens do papel do Assistente Social para dentro do cenário político e os desmontes das políticas dentro da assistência.

Sendo, a assistência social parte integrante da seguridade social, está fundamentada nos princípios da universalidade dos direitos, da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, da participação da população e da descentralização político-administrativa.

Partindo deste princípio é fundamental entender o papel e os objetivos da assistência social como: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, bem como o amparo às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Além disso, busca a promoção da integração ao

mercado de trabalho e a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Assim, assumindo uma grande responsabilidade dentro da sociedade com uma grande parte da população que se encontra sem emprego e necessitada desses serviços, projetos e programas promovidos pela assistência social. Porém, cabe a população o dever de se fazer presente na formulação e no controle das ações e políticas de assistência social é um princípio consagrado. Isso significa que a sociedade civil tem um papel ativo na definição das estratégias e na fiscalização das ações implementadas.

Com o enxugamento dos gastos sociais, as políticas públicas vêm sofrendo grande precarização, pois o investimento maior é no setor privado. Porém, mesmo com tal investimento e se adequando ao ideário neoliberal, a economia não consegue prosperar, pois milhares de cidadãos dependem dos serviços públicos e, sem saúde, sem educação e, principalmente, sem ter o que comer, não há emprego formal, não há autonomia de renda e não há qualidade de vida. (MOURA, 2015, p.4-5)

O enxugamento dos gastos sociais, em conformidade com princípios neoliberais, resulta negativamente nas políticas públicas, levando à precarização de serviços essenciais como saúde e educação. Essa abordagem dificulta a empregabilidade, compromete a economia e coloca milhares de cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco, resultando na falta de emprego formal, autonomia de renda e qualidade de vida. A dependência desses serviços públicos é particularmente desafiadora para a população de baixa renda. A promoção da economia social e solidária é destacada como uma alternativa que pode empoderar comunidades e mitigar os impactos negativos do enxugamento de gastos sociais.

Outro ponto importante, a assistência social conta com orçamento próprio, assegurado por lei. Isso reforça a importância dada à política de assistência social como um componente essencial da seguridade social, garantindo recursos adequados para sua implementação. Ainda que a assistência não seja contributiva(diretamente) recebe recursos que devem ser destinados a ela.

Nessa direção, o desenvolvimento de ações referentes à bem-estar, no Brasil, durou até meados dos anos de 1985. Em um breve resgate histórico temos em 1947 a criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, que teve sua origem na mobilização do trabalho civil, feminino e de elite; e para a prestação de serviços assistenciais às famílias dos convocados para a Segunda Guerra Mundial. (Moura, 2015 p.5)

Esse contexto histórico evidencia a preocupação do país em oferecer apoio social em momentos desafiadores como o vivido na época e destaca a relevância das iniciativas assistenciais que moldaram parte do cenário social brasileiro até meados da década de 1980, ano histórico para a profissão marcado pelo movimento de ruptura e reconceituação.

Inicialmente, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) focou-se em serviços de assistência materno-infantil. Contudo, sua atuação evoluiu para abranger o desenvolvimento econômico e social do país, visando atender a população em situação de vulnerabilidade social. Em 1966, a LBA foi transformada em fundação e recebeu financiamento da União até 1969. Mais tarde, foi incorporada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, passando a integrar, em 1977, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social. Esse processo reflete a expansão de suas responsabilidades e seu papel na estrutura governamental brasileira.

A evolução do papel da Legião Brasileira de Assistência (LBA) ao longo do tempo, especialmente após o término da guerra. Inicialmente voltada para as demandas militares, a LBA redirecionou seu foco para a crescente miséria que afetava o país. Contudo, suas ações mantiveram uma abordagem isolada e não universal.

Com o final da guerra, a LBA deixa de ser voltada às demandas dos militares e passa a observar a crescente miséria que assolava o país. Os olhares voltam-se à maternidade, infância e velhice, entretanto, seguiu o escopo de ação isolada e não organizacional e universal.

Apesar da ampliação do público-alvo, as intervenções seguem focalizadas, com forte apelo caritativo e reforçando uma característica que ainda é presente na assistência social, que é o primeiro-

damismo. As “damas de caridade” saem dos salões da elite e das igrejas, e passam a figurar junto com os maridos nos espaços de política. O apelo “maternal” e “feminino” reforçava estereótipos de gênero e de composição familiar.(SALINAS, 2021 p.30-31)

Apesar da ampliação do público-alvo para incluir maternidade, infância e velhice, as intervenções da LBA continuaram sendo focalizadas e caracterizadas por um forte apelo caritativo. Esse modelo também manteve uma característica marcante na assistência social brasileira, conhecida como "primeiro-damismo". As esposas dos políticos passaram a desempenhar um papel significativo nesse contexto, saindo dos salões da elite e das igrejas para se envolverem ativamente na política. O apelo "maternal" e "feminino" reforçava estereótipos de gênero e de composição familiar. Porém, esta forma de abordagem durou apenas durante a ditadura no ano de 1996, após isso houve uma mudança significativa, pois a LBA se transformou em fundação e se tornou responsabilidade do ministério do trabalho e previdência social e ainda ligada a secretária de Assistência Social. Esse rearranjo institucional refletiu a continuidade do modelo de assistência social focalizada.

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma mudança significativa ao elencar, em seu capítulo II, artigo 6, diversos direitos sociais, incluindo educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados. Essa inclusão configurou como dever do Estado brasileiro prover, de forma direta ou indireta, o acesso universal a esses direitos sociais, considerados indispensáveis para o exercício pleno da cidadania e da democracia.

Porém, esta forma de abordagem durou apenas durante a ditadura no ano de 1996, após isso houve uma mudança significativa, pois a LBA se transformou em fundação e se tornou responsabilidade do ministério do trabalho e previdência social e ainda ligada a secretária de Assistência Social.

Contextualizando e buscando explicar um pouco mais sobre a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o processo que culminou na extinção. O fim da Legião Brasileira de Assistência (LBA) está relacionado a mudanças políticas e institucionais ocorridas no Brasil. A LBA, que teve seu auge durante as décadas de 1940 a 1980,

enfrentou desafios e críticas ao longo do tempo, levando a sua extinção e substituição por novas estruturas.

Em 1985, com o processo de redemocratização do Brasil, a LBA foi extinta. O governo da época, liderado pelo presidente José Sarney, tomou essa decisão visando reestruturar as políticas sociais e de assistência no país. A extinção da LBA foi acompanhada pela criação de novas entidades e órgãos voltados para a assistência social, sendo um novo marco para a assistência e o começo de um novo ciclo.

Posteriormente, outras organizações e iniciativas foram criadas para lidar com questões relacionadas à assistência social, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementado em 2005. O SUAS busca uma abordagem mais integrada e descentralizada, envolvendo a participação ativa dos municípios e da sociedade civil na formulação e implementação das políticas sociais.

Um dos principais motivos para o fim da LBA foi a necessidade de reformulação e modernização das políticas sociais diante das demandas da sociedade e das mudanças no cenário político. A extinção da LBA não significou o fim das ações sociais no Brasil, mas sim uma reorganização e atualização das estruturas responsáveis por essas políticas.

Outro sistema que envolvia a assistência e a previdência foi o ponto de enfoque para este capítulo, sendo um sistema que ligava a assistência à política previdenciária, O SINPAS foi um sistema brasileiro que envolvia a integração entre as áreas de previdência social e assistência social. No entanto, é importante observar que o SINPAS foi extinto em 1990, sendo substituído pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a previdência social e pelo Ministério da Ação Social (atual Ministério da Cidadania) para a assistência social.

O Estado brasileiro a partir dos anos 1990 sofreu com uma forte reestruturação produtiva, a contrarreforma do Estado e a ideologia neoliberal com a finalidade de atender as demandas vinculadas ao capital financeiro. A política adotada nesse período é marcada por privatizações, pela estabilidade da moeda – plano real, pela retração do Estado Social, processos esses que tiveram início no governo de Collor e aprofundou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso. A classe trabalhadora vivenciou perdas significativas de seus

direitos recém conquistados, entre as várias consequências, destaca-se o corte nos gastos sociais e o sucateamento das políticas sociais.(LOCAN,2016 p.61)

A partir dos anos 1990, o Estado brasileiro passou por uma intensa reestruturação produtiva, uma contrarreforma do Estado e a adoção da ideologia neoliberal. Essas mudanças tinham como objetivo atender às demandas ligadas ao capital financeiro. Durante esse período, as políticas adotadas foram caracterizadas por privatizações, pela implementação do Plano Real para estabilizar a moeda, e pela redução do papel do Estado na esfera social. Essas transformações começaram no governo de Collor e foram intensificadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A classe trabalhadora enfrentou perdas consideráveis em relação aos direitos que haviam sido recentemente conquistados. Dentre as diversas consequências desse processo, destaca-se a redução dos gastos sociais e o enfraquecimento das políticas sociais. Isso significa que houve uma diminuição nos investimentos em áreas como saúde, educação e assistência social, resultando em impactos significativos na qualidade de vida da população e nas condições de trabalho.

Nesta parte, abordaremos o desenvolvimento da política de assistência social, não apenas de maneira cronológica e linear, mas considerando os processos históricos. Vamos explorar as conquistas e contradições das políticas sociais, além de analisar os desafios enfrentados durante a luta de classes. Ao examinar a trajetória da política de assistência social no Brasil, será possível compreender como ela se integra ao conjunto da Seguridade Social, enfrentando desafios específicos em períodos neoliberais. Destacamos as respostas contemporâneas para as questões sociais, que incluem a assistencialização e a criminalização da pobreza. Também abordaremos os limites da Seguridade Social, a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social e os confrontos com iniciativas como o Programa Comunidade Solidária.

Neste sentido o presidente FHC decide criar um novo programa para atender as demandas sociais e as expressões da questão social:

O Programa Comunidade Solidária (PCS) foi instituído pela medida Provisória (nº 813) no primeiro dia de mandato de Fernando Henrique Cardoso. No mesmo

dia empreendeu outra ação que afetou a política de assistência: a extinção da LBA, contudo sua extinção já estava certa por ser considerada uma instituição clientelista e dada a clara utilização de seus serviços como moedas de troca por votos. Também extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), além de retirar ministérios de programas sociais, subordinando-os à figura da primeira-dama e deixando um vazio na assistência social, justificando-se pelo combate ao assistencialismo e a corrupção, abrindo caminho para a Comunidade Solidária. (LOCAN,2016 p.62)

O Programa tinha como objetivo coordenar as ações do governo para atender a parte da população que não tinha recursos suficientes para suprir suas necessidades básicas, com foco especial no combate à fome e à pobreza. Essa coordenação ocorria por meio da formação de parcerias dentro da sociedade civil para implementar ações nos municípios com maior concentração de pobreza.

O programa Comunidade Solidária foi a principal estratégia do governo de Fernando Henrique Cardoso para combater a pobreza em seus dois mandatos. Ele enfatizava a colaboração entre governo e sociedade, destacando o tema do solidarismo. Segundo a perspectiva do programa, o enfrentamento à pobreza não era apenas responsabilidade do Estado, mas sim da sociedade como um todo. O papel do governo era articular e gerenciar as ações que efetivamente aconteciam na sociedade. Este programa teve um desenvolvimento significativo nesse contexto.

### **3.2 Características da Assistência Social durante seu surgimento**

O assistencialismo passou por mudanças significativas diante do lapso histórico, sofrendo alterações diante de aspectos sociais, econômicos e políticos. As suas características principais durante seu surgimento estão relacionadas principalmente aos contextos e as necessidades sociais. O processo histórico e concomitantemente de seu surgimento, no Brasil, foi passivo de uma efetividade proveniente de direitos para os cidadãos. (Farias, 2013, p. 155)

Já apresentado em capítulos anteriores, o assistencialismo no Brasil, assim como no mundo é resultado das transformações socioeconômicas e políticas, bem como a influência da indústria da tecnologia e do petróleo, podendo contextualizar

diante de um liberalismo moderno, mais flexível ao Estado, garantindo o acúmulo de capital e o controle de crises financeiras, sociais e institucionais. (Caeiro, 2008, p. 219)

É importante concentrar que dentro do período que ampara o contexto assistencial, no período moderno, houve grande influência das organizações religiosas, em função de oferecer abrigo, alimentação e cuidado com base nos princípios da caridade religiosa, contudo a revolução industrial já trouxe como principais características o aglomerado de pessoas, formando os bairros ou mesmo inserindo pioneiramente o termo “urbanização”, foi nesse período que passou a surgir grandes movimentos sociais, a pobreza extrema, questões trabalhistas, o que potencializou o papel da responsabilidade social inerente ao Estado. Já o século XX, foi marcado por período de conquistas das Leis e do reconhecimento de políticas sociais em alguns países da Europa, a fim de garantir direitos aos trabalhadores. (Arbia; Pereira; Granja, 2023, p. 14)

Contudo, foi somente no Período Pós Guerras do mundo, que houve de fato o reconhecimento que o necessidade do bem-estar social, e a segurança dos direitos fundamentais, tal como o direito da cidadania da dignidade da pessoa humana, frente conquistas do seguro desemprego a seguridade social e o direito e a assistência dos idosos e das crianças e a acessibilidade. No plano atual, o assistencialismo é uma parte integral do plano de metas de várias nações, possibilitando garantir a inclusão social através de vários tipos de assistência, seja de saúde, financeira, educacional e dos serviços essenciais. (Arbia; Pereira; Granja, 2023, p. 14)

Ainda sobre o Brasil, a assistência social emergiu de um contexto fortemente influenciado por períodos históricos distintos, moldando suas características e diretrizes desde os primórdios do país até o período de Getúlio Vargas. As características iniciais da assistência social estavam profundamente enraizadas em práticas religiosas e caritativas durante a colonização, com instituições religiosas sendo as principais provedoras de assistência aos mais necessitados. A transição para o Império e a República Velha não trouxe mudanças substanciais nessa dinâmica. A assistência social permaneceu fragmentada e dependente da caridade pessoal, sem uma estrutura organizada ou intervenção significativa do Estado para enfrentar questões sociais emergentes. (Farias, 2013, p. 162)

A assistência social no Brasil emerge de um contexto marcado por diferentes fases históricas, cada uma moldando suas características e direcionando sua evolução ao longo do tempo. Desde os tempos coloniais até sua configuração contemporânea, a assistência social passou por transformações profundas, refletindo mudanças políticas, sociais e econômicas do país.

O Serviço Social no Brasil surge na década de 1930, na chamada “Era Getúlio Vargas”, vinculado a Igreja Católica, pautado no caráter missionário e da caridade, tendo como marco inicial a criação em 1936 da Escola de Serviço Social de São Paulo, com intuito de formar as “moças da sociedade” devotadas ao apostolado social, norteadas inicialmente pelo referencial teórico europeu. (Silva, 2007, p. 269)

No período colonial, o Brasil é marcado por uma assistência social primária, com a responsabilidade das instituições religiosas, notadamente a Igreja Católica, que mantinha hospitais, asilos e instituições de caridade para amparar os mais desfavorecidos. A filantropia e a caridade pessoal eram as principais bases desse suporte, oferecendo assistência conforme a disponibilidade e vontade das elites locais e grupos religiosos.

A transição para o Império e a República Velha trouxe consigo uma continuação desse modelo, com a assistência social ainda ancorada na benevolência individual, não estruturada e muitas vezes insuficiente para atender às crescentes demandas populacionais. A mudança significativa ocorreu com o surgimento de políticas sociais mais estruturadas durante o governo de Getúlio Vargas na década de 1930. Esse período viu a criação dos primeiros órgãos governamentais voltados para políticas sociais, marcando uma transição da assistência baseada na caridade para uma abordagem mais centralizada e regulamentada pelo Estado.

...a violência que caracterizava o Estado Novo, a tentativa de superação da luta de classes através da repressão e tortura, não podem esconder a outra face de sua postura, que se traduz na influência de sua política de massas. (Iamamoto, 1985, p. 243)

O Novo Estado e as lutas de classes sociais, protagonizam o ápice dessa transformação foi a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), estabelecendo direitos trabalhistas e políticas de seguridade social. Contudo, a

assistência social ainda carecia de uma estrutura unificada e integral. O período da Ditadura Militar viu o surgimento de programas assistenciais mais centralizados, ampliando a cobertura de programas de aposentadoria e assistência social, porém ainda limitados em sua abrangência e eficácia.

A noção fetichizada dos direitos, cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação. (Iamamoto, 1985, p. 243)

Entretanto, o cenário começou a mudar com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930, apresentado pelo período de ideologia de outorga e políticas de massas. Vargas implementou políticas sociais que marcaram uma virada na abordagem da assistência social no Brasil. Nesse período, foram introduzidos os primeiros órgãos governamentais voltados para a regulamentação das relações trabalhistas e para a criação de medidas de proteção social.

A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), promulgada em 1943, foi um marco importante nessa transformação. Ela estabeleceu direitos trabalhistas e políticas de seguridade social, garantindo benefícios como férias remuneradas, jornada de trabalho regulamentada e previdência social aos trabalhadores.

Ao analisar a construção dos direitos no Brasil, ... houve uma inversão de caminho, pois os direitos sociais são os primeiros a serem efetivados, para depois se consolidarem os direitos civis e políticos. E que é no Brasil de 1930 que aparecem as primeiras características dessa inversão. Tal inversão tem por referência a clássica tipologia dos direitos de cidadania formulada por Marshall em 1949, centrada na realidade britânica da época, em especial no conflito entre capitalismo e igualdade. ... os direitos civis foram os primeiros a serem conquistados no século XVIII e os direitos políticos alcançados no século XIX, ambos considerados direitos de primeira geração. Já os direitos sociais que seriam de segunda geração foram conquistados no século XX. Até 1930, as intervenções em resposta às necessidades sociais da população se restringiam à caridade, filantropia praticada por instituições religiosas e algumas ações de grandes empresas. (PUC-RIO, "s.d", p. 16)

A década de 30, foi marcada por um período de lutas e a pauta seria os direitos a cidadania proposta por Marshall. Durante o governo de Vargas, foram delineadas políticas assistencialistas mais focadas e direcionadas, porém, em grande parte,

voltadas para o âmbito trabalhista e previdenciário. A assistência social ainda não se configurava como um sistema amplo de proteção social abrangente, mas sim como um conjunto de medidas voltadas principalmente para os trabalhadores urbanos e suas condições laborais.

Os programas focalizados da era Getúlio Vargas eram direcionados, em primeira ordem para garantir direitos trabalhistas e previdenciários, consolidando a fim de promover a proteção social para os trabalhadores assalariados e contribuindo para a consolidação de uma legislação trabalhista mais estruturada no país.

Em suma, durante o período que antecedeu e durante o governo de Getúlio Vargas, a assistência social no Brasil começou a transitar de uma abordagem baseada na caridade e na filantropia para políticas mais direcionadas e regulamentadas, especialmente no âmbito trabalhista e previdenciário, preparando o terreno para transformações mais abrangentes nos anos subsequentes.

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. (Silva, 2007, p. 269)

Em resposta as alterações das políticas econômicas e as questões sociais um novo quadro se instaura no cenário, tal como o ajuste dinâmico passivo a influência do capitalismo econômico, nessa linha de pensamento que se reformula a pauta internacional, com interesse em combater a pobreza por meio de programas assistencialistas, políticos e focalizados. (Farias, 2013, 166)

Em síntese a concepção de assistencialismo focalizado, os autores Farias (2013) e Arbia; Pereira; Granja, (2023), abordam:

- Foco nos grupos específicos: ao invés de fornecer a assistência de forma generalizada, nessa abordagem eles se direcionam aos recursos para grupos específicos, tal como famílias em condições de extrema pobreza, crianças em situação de vulnerabilidade, idosos desamparados, entre outros casos.
- Análise de necessidades: antes da implementação dos programas, há uma análise detalhada das necessidades e condições desses grupos ou mesmo das comunidades foco. Possibilitando adaptar as principais necessidades aos programas em específico.

- Personalização das intervenções: são programas desenvolvidos de com uma abordagem de problemas específicos em relação ao seu público-alvo, apresentando seus serviços de acordo com seu público e suas circunstâncias.
- Medição de resultados: quanto a essa abordagem pode-se frisar que a medição e avaliação dos resultados dos programas implementados, tem por foco a garantia dos recursos direcionados de modo eficaz e as intervenções possam proporcionar um impacto positivo na vida das do público atendido.
- Parcerias e colaborações: o assistencialismo focalizado, também traz uma abordagem que envolve parcerias entre organizações governamentais e não governamentais e ainda as comunidades locais, afim de maximizar o impacto dos recursos frente aos programas desenvolvido.

As transformações e conquistas no cenário assistencial é fruto de lutas sociais, de consequências e fatos históricos, ao que se considera grandes atribuições para o assistencialismo com foco no combate à pobreza e ao desemprego, conquistas implantadas no governo Vargas que reverberam e se consolidam até nossa atual sociedade.

### **3.3 A política de assistência social pós 1990**

O Brasil testemunhou uma significativa transformação na área da assistência social desde os anos 90, marcando uma transição crucial na abordagem e implementação das políticas sociais no país, representando uma guinada fundamental na forma como o país abordava e implementava políticas sociais. Essa virada foi impulsionada por mudanças legislativas, aprimoramentos na gestão e uma redefinição estratégica dos serviços socioassistenciais.

[...] as transformações societárias resultantes das mudanças nas relações entre capital e trabalho, do avanço do neoliberalismo enquanto paradigma político e econômico globalizado vão trazer para o iniciante e incipiente campo da Seguridade Social brasileira profundos paradoxos. Pois, se de um lado o Estado brasileiro aponta constitucionalmente para o reconhecimento de direitos, por outro se

insere num contexto de ajustamento a essa nova ordem capitalista internacional (Yazbek, 2009b, p.92-93)

O autor pontua a interação complexa entre as mudanças nas relações entre capital e trabalho e o avanço do neoliberalismo, e ainda os desafios emergentes para o campo da Seguridade Social no Brasil. Frisa também, que para a tensão entre o reconhecimento constitucional de direitos pelo Estado e a necessidade de se adaptar a uma nova ordem capitalista globalizada, ressaltando os paradoxos inerentes à busca por equidade social em meio às pressões econômicas e políticas, ilustrando a complexidade do cenário em que a Seguridade Social opera no país.

Portanto, o período pós 90 testemunhou a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerado um marco revolucionário na organização e oferta dos serviços voltados para o amparo da população em situação de vulnerabilidade social. Essa transformação foi respaldada pela criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estabelecendo princípios, diretrizes e objetivos fundamentais para a efetivação das ações assistenciais em todo o território nacional. (Tavares; Delgado, 2017, p. 16)

A construção do direito da Assistência Social é recente na história do Brasil. Durante muitos anos a questão social esteve ausente das formulações de políticas no país. O grande marco é a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social que ainda se encontra em construção no país. A partir da Constituição, em 1993 temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos. (MDS, 2009, p. 4)

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993, representou um avanço crucial ao assegurar o direito à proteção social para aqueles em condição de vulnerabilidade, além de instituir parâmetros legais para a organização e estruturação dos serviços, benefícios e programas socioassistenciais.

Nos anos iniciais dessa década, observou-se um movimento de reestruturação das políticas sociais, com destaque para a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Essa legislação representou um marco ao garantir a assistência social como um direito do cidadão, proporcionando a base legal para a organização e oferta dos serviços socioassistenciais.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (MDS, 2009, p. 8)

A LOAS, ou a Lei nº 8.742/1993 em seu artigo 1º prevê os mínimos sociais, que é parte de um conjunto integrado de ações públicas para garantir o atendimento as necessidades básicas. É importante frisar, que o período pós-LOAS foi marcado pela consolidação de instrumentos normativos que moldaram a assistência social no país.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 2004, foi um avanço significativo ao estabelecer diretrizes, princípios e metas para a prestação de serviços, contribuindo para a uniformização das práticas e a melhoria na qualidade dos atendimentos.

Em 2004, o Brasil aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Essa política traduziu o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, no sentido de buscar transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988, que instituiu a assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado, através de definições dos princípios e das diretrizes para a sua implementação, cumprindo nova agenda para a cidadania no Brasil. (Tavares; Delgado, 2017, p. 205)

De acordo com Tavares e Delgado (2017) a IV Conferência Nacional de Assistência Social teve um papel fundamental ao definir as bases para a implementação prática desses princípios constitucionais, transformando-os em ações concretas. A PNAS estabeleceu diretrizes e princípios norteadores para a assistência social, orientando políticas e práticas que buscavam promover a cidadania e a inclusão social no Brasil. Essa política representou uma nova agenda para a cidadania no país, reforçando o compromisso do Estado em garantir direitos sociais e oferecer assistência às camadas mais vulneráveis da população, fortalecendo, assim, a proteção social e promovendo a igualdade de oportunidades.

A Norma Operacional Básica (NOB) desempenhou um papel essencial ao estabelecer regras e diretrizes para a gestão e execução dos serviços socioassistenciais, contribuindo para a uniformização de procedimentos em âmbito nacional e para a articulação entre os entes federativos na oferta de ações socioassistenciais. Nesse período, a assistência social também viu a emergência da Rede de Informações Sociais (RIFS), desempenhando um papel crucial na coleta, organização e compartilhamento de dados socioeconômicos, fornecendo subsídios valiosos para a formulação e avaliação das políticas de assistência social. (Rocha, 2004, p. 216)

A tipificação dos serviços socioassistenciais, estabelecendo padrões e características para a oferta e organização dos serviços, foi um avanço essencial para a uniformização e qualificação dos serviços prestados, garantindo sua efetividade e adequação às demandas da população atendida.

Em síntese, a assistência social pós-1990 no Brasil foi marcada por avanços legislativos, estruturais e de gestão que moldaram o panorama das políticas socioassistenciais no país. Essa transformação representou um compromisso renovado em garantir direitos e promover a inclusão social, embasado na consolidação de um sistema mais eficiente e humanizado de proteção e amparo àqueles que mais necessitam.

Tem como objetivos: promover a cidadania com garantia de renda e apoiar, por meio dos benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a articulação de políticas voltadas aos beneficiários; promover, prioritariamente, o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, por meio de apoio financeiro a gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes em situação de pobreza ou extrema pobreza; promover o desenvolvimento das crianças na primeira infância, com foco na saúde e nos estímulos às habilidades físicas, cognitivas, linguísticas e socioafetivas, de acordo com o disposto na Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016; ampliar a oferta do atendimento das crianças em creches; estimular crianças, adolescentes e jovens a terem desempenho científico e tecnológico de excelência; e estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. (Brasil, 2021b, np.)

A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), consolidado em 2005, representou um marco na gestão da assistência social no Brasil. Esse sistema descentralizado e participativo buscou promover a integração entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil, visando à efetivação das ações assistenciais e à garantia de direitos socioassistenciais. O autor ressalta os objetivos fundamentais

de um conjunto de políticas sociais, principalmente aquelas associadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no contexto brasileiro. Os objetivos visam à promoção da cidadania, garantindo renda e apoio por meio de benefícios oferecidos pelo SUAS, além de promover o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de pobreza ou extrema pobreza. A priorização do apoio às gestantes, nutrizes e às crianças na primeira infância é evidente, destacando a importância do cuidado e do estímulo precoce para o desenvolvimento físico, cognitivo, linguístico e socioafetivo das crianças, alinhado com disposições legais específicas.

Ainda sobre a concepção de Brasil (2021b) é importante pautar que outro ponto crucial é a ampliação da oferta de atendimento em creches, visando atender às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, há um estímulo ao desempenho acadêmico e tecnológico de excelência entre crianças, adolescentes e jovens, contribuindo para a formação de uma geração mais capacitada e preparada para os desafios do mundo contemporâneo, destacando o estímulo à emancipação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, sinalizando a importância de estratégias que permitam a superação dessas condições e a inserção dessas famílias em um contexto mais inclusivo e autossustentável.

Ao longo desses anos, programas como o Bolsa Família desempenharam um papel crucial na redução da pobreza e na promoção da inclusão social. Essas iniciativas focadas na transferência de renda foram fundamentais para mitigar as desigualdades e oferecer oportunidades para milhões de famílias em situação de vulnerabilidade.

Contudo, apesar dos avanços, desafios persistem. A demanda por serviços socioassistenciais ainda é alta, principalmente em regiões mais carentes e vulneráveis do país. A necessidade de uma maior articulação entre os diferentes atores envolvidos na assistência social e a ampliação do acesso aos serviços são questões a serem continuamente abordadas.

Nesse Período pós 90, é importante destacar as principais atividades e desenvolvimento dos programas sociais de maior relevância criado nos governos, a fim de garantir a cidadania, combater a pobreza e fazer com seja concedido ao povo o direito pré estabelecido nos direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988, afinal não tem como pontuar os programas desenvolvidos pelo o Governo, sem pautar a CF/88, a ONU e os estatutos e órgãos que atuam para que haja eficácia e comprometimento na execução dos programas assistências e que cheguem de fato

as comunidades e ao público alvo, logo abaixo encontram-se os principais programas por ordem cronológica, como aborda Rocha (2004) e o MDSA (2017):

- I. Década de 90: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), lançado em 1995, visava oferecer crédito e assistência técnica para agricultores familiares, promovendo o desenvolvimento rural e o combate à pobreza no campo.
- II. Programa Comunidade Solidária: Criado em 1995, focava em ações sociais em comunidades carentes, oferecendo assistência a famílias em situação de vulnerabilidade por meio de programas de geração de emprego e renda.
- III. Bolsa Escola / Bolsa Família: O Bolsa Escola, implementado em 2001, e posteriormente unificado no programa Bolsa Família, em 2003, foi um marco na redução da pobreza. Ele proporcionou transferência de renda para famílias de baixa renda, condicionada à frequência escolar das crianças e adolescentes.
- IV. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): Lançado em 1996 e ampliado nos anos 2000, visava retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce, oferecendo apoio financeiro e oportunidades educacionais.
- V. Programa Minha Casa, Minha Vida: Iniciado em 2009, teve destaque nos anos 2010. Buscava proporcionar moradia digna para famílias de baixa renda, oferecendo subsídios e financiamentos para a aquisição de imóveis. (Rocha, 2004, p. 248)
- VI. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): Criado em 2011, tinha como objetivo ampliar o acesso à educação profissionalizante e tecnológica para jovens e adultos.
- VII. Auxílio Emergencial: Implementado em 2020 como resposta à pandemia da COVID-19, ofereceu auxílio financeiro a trabalhadores informais, desempregados e beneficiários de programas sociais afetados pela crise, sendo estendido até 2021.
- VIII. Renda Brasil / Auxílio Brasil:\*\* Propostas para substituir o Bolsa Família, esses programas têm sido discutidos como uma reformulação do

sistema de transferência de renda, buscando ampliar a abrangência e a efetividade dos benefícios sociais.

Esses programas representam parte das ações desenvolvidas pelo governo brasileiro para mitigar a pobreza, promover a inclusão social e garantir direitos básicos à população vulnerável em diferentes décadas. Em suma, a assistência social no Brasil passou por um período de mudanças significativas desde os anos 90, com a implementação de políticas e ações que buscaram ampliar o acesso aos direitos sociais, embora ainda existam desafios a serem enfrentados para garantir uma proteção social mais abrangente e eficaz para toda a população.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na presente pesquisa, descobrimos que há um grande desmonte dentro da política de Assistência o que evidencia e justifica o aumento significativo da pobreza, desemprego e aumento da filantropia. Esses achados contribuem significativamente para o serviço social, fornecendo dados valiosos sobre a política de assistência. A análise do estudo revelou que é necessário uma intervenção e uma abordagem para que se consiga suprir a demanda da sociedade que não possui renda e sofre com a falta de acesso a direitos, em acordo com estudos anteriores e expandindo nosso entendimento sobre os desmontes dentro da política de assistência social.

É importante ressaltar que este estudo apresenta algumas limitações, como não haver pesquisa de campo e ainda o tempo, que podem influenciar a interpretação dos resultados. Futuras pesquisas podem abordar essas limitações e explorar ainda mais sem limitações com essas, e entender de forma profunda sobre os aspectos e danos focalização das políticas.

Em síntese, os resultados deste estudo reforçam a importância da profissão e as dificuldades encontradas dentro da atuação do Assistente Social e destacam a relevância de abordar assuntos com este dentro de espaços de debate. Esperamos que essas descobertas incentivem discussões mais amplas no campo e inspirem investigações futuras, contribuindo para o avanço da profissão e o conhecimento da sociedade em escolher melhor seus representantes.

## REFERÊNCIAS

- ARBIA, A. A. PEREIRA, Viviane S. GRANJA, Berta. (Org.). **Atendimento à população em situação de rua: reflexões e práticas no Brasil e na Europa.** Juiz de Fora/MG: Editora UFJF/Selo Serviço Social, 2023.
- BRASIL. **Medida Provisória n. 1.061, de 9 de agosto de 2021.** Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007> Acesso em: 08/12/2023.
- BRASIL. MDS – Ministério de Desenvolvimento e combate a Fome. **LOAS ANOTADAS:** Lei Orgânica de Assistência Social. 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/LoasAnotada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf)>. Acesso em: 08/12/2023.
- CAEIRO, J. C. Cap. IV: Política Social e Estado Providência. In: **Políticas Públicas, Política Social e Estado Providência.** Universidade Lusíada Editora: Lisboa, 2008. (Coleção Manuais).
- CALIL, A.; BRISOLA, E. M. A. A contrarreforma do estado como fator de agravamento nas desigualdades da sociedade brasileira a partir dos anos de 1990. In: **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano - UNITAU**, 25, 2019. Taubaté: UNITAU, 2019.
- CAMPOS, C. B. **Neoliberalismo e assistência social:** uma análise do discurso de gestores do suas. Montes Claros: Julho/2022.
- FARIAS, J. Nunes de. O assistencialismo na assistência social brasileira. In: **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 22, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2465>>. Acesso em: 08/12/2023.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.
- IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Marilda Villela Iamamoto; Raul de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1985.
- LOCAN, Elaine. **As estratégias neoliberais no trato das mazelas sociais:** assistência social entre o direito e a assistencialização. Rio de Janeiro: 2016.
- LACERDA, R. de L. O Neoliberalismo Ultrarradical e a Política de Assistência Social. In: 9º Encontro Internacional de Política Social 16º Encontro Nacional de Política. 2023. **Anais...**Vitória: 2023.
- LIMA, D. G. A reconfiguração do trabalho e das políticas sociais a partir da contrarreforma do estado brasileiro. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO**

**SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**, 2015. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MACIEL, M. S. Reforma (contrarreforma) do estado: reflexos na política de saúde. In: **VIII JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 2017. São Luís: UFMA.

OLIVEIRA, R. F. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. **Revista Urutágua - acadêmica multidisciplinar - DCS/UEM**, 24, 2011. Minas Gerais: 2011.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social Agrário – MDSA**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas\_publicitarias/banner/\_guiadepoliticas\_MDSA\_online.pdf >. Acesso em: 08/12/2023.

PUC-RIO. **A trajetória brasileira no campo dos direitos e da assistência social até a década de 80**. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8799/8799\_3.PDF>. Acesso em: 08/12/2023.

ROCHA, S. Solução para a questão de segurança alimentar. **R. Econ. Comtemp.** Rio de Janeiro. 9(1). JAN/ABR. 2005. 211-217 p. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19853/11501 >. Acesso em: 08/12/2023.

SALINAS, A. M. **O estado neoliberal e assistência social: os desdobramentos para o Benefício de Prestação Continuada**. Santos: 2021.

SAMAGAIA, Jacqueline; SILVA, Leticia Reis da; CANUTO, Raíra Bastos. As ameaças da contrarreforma do Estado para as universidades públicas brasileiras. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 46, n. 254, p. 548-572, set./dez. 2021.

SILVA, M. I. **A centralidade da categoria Trabalho e o Trabalho Docente Voluntário na UFSC**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, aprovada pela banca avaliadora em 24/agosto/2007. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SILVA, R. R. Contrarreforma do Estado, Gerencialismo e Política de Assistência Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 27-42, jan./jun. 2020. Disponível em: 10.22422/temporalis.2020v20n39p27-42.

TAVARES, Márcia S.; DELGADO, Josimara. **Diálogos transversais no Serviço Social: sobre rupturas e continuidades**. Salvador: EDUFBA. 2017. Disponível em: <https://edufba.ufba.br/livros-publicados/catalogo/dialogos-transversais-no-servico-social-sobre-rupturas-e-continuidades>. Acesso em: 08/12/2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-27.